

Elf e índios não chegaram a um acordo

A empresa francesa Elf Aquitaine recusou-se a pagar Cr\$ 640 milhões aos índios Sateré-Mawé e Mundurukú e declarou-se inocente dos danos causados a essas comunidades, responsabilizando a Petrobrás por não lhe ter esclarecido de que iria pesquisar petróleo em área indígena. A decisão veio depois de seis horas de reunião no auditório da Suframa, convocada pela Funai, com a participação de representantes da Elf e da Petrobrás, do deputado Mário Juruna e das comunidades indígenas envolvidas, representadas pelo advogado Dalmo Dalari. O caso agora será resolvido pela Justiça.

(PÁGINA 4)



Aldo, "Dico", Juruna e Jurandir, na sede da Suframa

"JORNAL DO COMÉRCIO" 19/6/84

Brasil

Class.:

189

Pg.:

copa 201

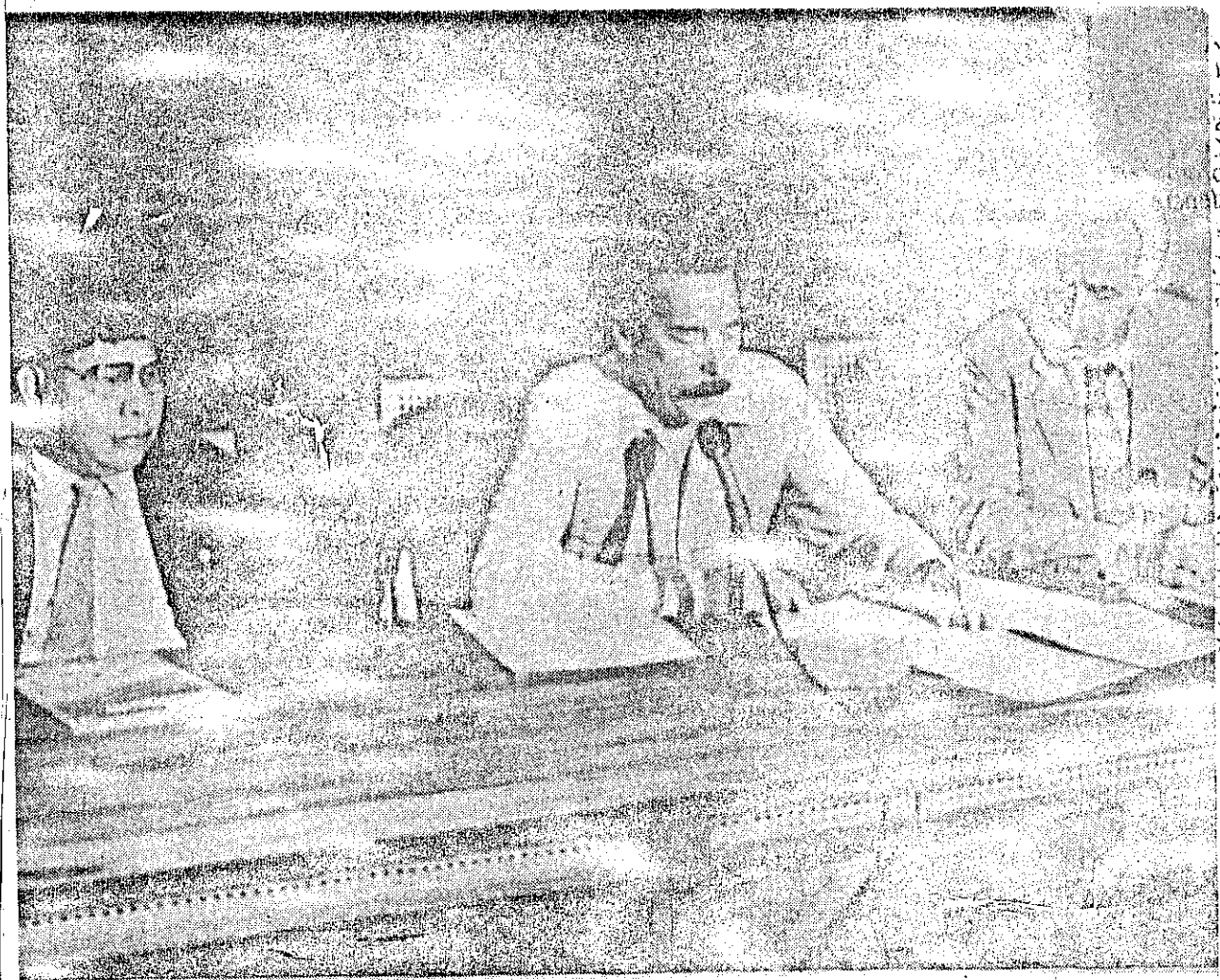
Empresa não paga indenização e índios vão recorrer à Justiça

A empresa francesa Elf-Aquitaine recusou-se a pagar 640 milhões de cruzeiros aos índios Sateré-Mawé e Mundurukus e declarou-se inocente dos danos causados a essas comunidades responsabilizando a Petrobrás por não ter esclarecido a empresa de que iria pesquisar petróleo em área indígena. A decisão da empresa veio depois de seis horas de reunião no auditório da Sufrema, convocada pela Funai, com a participação de representantes da Elf-Aquitaine, Petrobrás, do deputado Mário Juruna e das comunidades indígenas envolvidas, representadas pelo advogado Dalmo Dalari.

Depois de ouvir a decisão do diretor da Elf-Aquitaine no Brasil, Didier Georges Aubin, o presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai, Jurandir da Fonseca, declarou que encaminhará o caso à Justiça, uma vez que as partes não chegaram a um acordo. "Só a Justiça trará justiça", proclamou o Jurandir Fonseca, adiantando, em

seguida, que a Funai irá patrocinar a causa em favor dos índios e os manterá informado sobre o trâmite do processo na Justiça. "Vamos recorrer à Justiça respeitando a posição das partes, que não chegaram a um acordo amigável", reforçou ele.

Os índios deverão entrar com uma ação judicial contra a Elf-Aquitaine de cobrança de indenização por danos causados às suas reservas, no Rio ou em Manaus, onde a empresa tem escritórios. O próprio Dalmo Dalari, depois de ouvir o comprometimento do presidente Jurandir Fonseca, em patrocinar a causa, colocou-se à disposição da Funai. "Nós nunca vamos tomar posição em Brasília antes de ouvirmos as comunidades indígenas nas questões a que elas interessarem", esclareceu Jurandir, agradecendo a presença dos representantes da Elf-Aquitaine, da Petrobrás e do deputado Mário Juruna.



O presidente da Funai dirigindo a mesa

CEEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal da Manhã*

Class.: 180

Data: 19/06/84

Pg.: 09

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Comércio Class.: 180

Data: 19/06/84 Pg.: 09 (cont.)

NEGOCIAÇÕES

A reunião teve

início às 15:00 e encerrou-se às 20:00 horas. Foram registradas dois intervalos de cinco minutos, para que as partes pudessem analisar propostas e contra-propostas, decorrentes das discussões. O primeiro a falar foi o índio Raimundo Ferreira da Silva, apresentando as reivindicações dos Sateré e Mundurukus; indenização por danos causados a suas reservas de 320 milhões de cruzeiros para cada comunidade, "varredura" na área onde foram encontradas dinamites abandonadas; o não retorno da Elf-Aquitaine às reservas, e demarcação imediata da reserva dos Munduruku - a última dirigida e Funai. O representante do Munduruku, Manoel Munduruku, endossou as reivindicações de Raimundo Ferreira.

Em resposta o diretor Elf-Aquitaine, declarou que indenização solicitada pelas comunidades indígenas já haviam sido liquidadas, através de uma solicitação feita pela Petrobrás. Não considerou o termo invasão por ter autorização de Petrobrás e esclareceu que a "varredura" já havia sido efetuada pela empresa CBG - Companhia Brasileira de Geofísica, bem como estava devolvendo as áreas de pesquisas a Petrobrás e por isso não retornaria mais a reserva dos índios.

Como procurador dos índios Dalmo Dalari disse estranhar que a Elf-Aquitaine estivesse devolvendo as áreas de pesquisa a Petrobrás, quando, na realidade, deveriam ser devolvidas aos índios. Desta feita qualificou a invasão, mesmo porque a Petrobrás não pode autorizar a entrada de estrangeiros em reservas indígenas, do mesmo modo que a

Funai não tem autorização para isso. Citando o Estatuto do Índio, Dalari fez lembrar que somente em casos especiais o Presidente poderá dar essa autorização, através de um Decreto de Lei. Mas esse decreto nunca existiu para o caso dos Sateré-Mawé.

PROPOSTAS

Depois dos esclarecimentos técnicos

surgiu a primeira proposta da Elf-Aquitaine. Antes, Didier Georges Aubin, esclareceu que "as autorizações dadas pela Petrobrás pareciam legais. A empresa não tinha conhecimento da complicação dessa situação. O acordo com a Funai e com a Petrobrás na visão da empresa tinha efeito legal. Por isso não temos qualquer sentimento de culpa, haja vista que as pesquisas foram feitas de acordo com as autoridades do país". Usando o termo doação em vez de indenização, Elf-Aquitaine então propôs destinar mais 50 milhões de cruzeiros para cada nação indígena, além do que já foi pago anteriormente - o equivalente a 177 milhões de cruzeiros nos dias de hoje.

Os índios recusaram a proposta e fizeram uma contra proposta razoável. Cerca de cinquenta índios que acompanhavam a reunião também reagiram com sinais dirigidos ao advogado Dalmo Dalari. Mas, o deputado Mário Juruna foi quem desabafou: "50 milhões de cruzeiros não dá nem para comprar três touros". Já o advogado Dalari tentou convencer os índios de que a Elf de que os índios estavam buscando recursos para recomper um meio de vida que pudessem pelo menos substituir em partes o que danificado em termos de flora e fauna pelas pesquisas de prospecção de petróleo.

Somente poucas minutos antes das 20:00

horas que o diretor da Aquitaine apresentou uma segunda proposta:

aumentou a indenização para 04 milhões de cruzeiros para cada comunidade. Os índios não aceitaram novamente e anunciaram a proposta que seria razoável: 27 milhões para cada reserva. Foi então que o Diretor Aubin anunciou sua decisão final, afirmando que "não vou correr o risco de perder o meu emprego, sendo assim nada mais posso fazer. Jurandir

da Fonseca então deu por encerrada a reunião e firmou compromisso com os índios de levar a questão a Justiça.



Outro aspecto da movimentada reunião